

13.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas

26.07.2016

Ponto 1

Intervenção

CENTRO CULTURAL DA MALAPOSTA

Porque é assim e não pode ser de outra maneira...! Eis em súmula, a postura jactante e arrogante assumida pelo PS e PSD em todo este processo de privatização disfarçado de concessão do Centro Cultural da Malaposta.

Do ponto de vista procedimental, esteve tudo, errado. Esteve errado, porque no que concerne às questões estruturantes da política local, às propostas e projectos com maior impacte no nosso futuro coletivo, estas devem ser objecto de uma ampla discussão pública, antes da tomada de decisão, discussão essa que não ocorreu, e esta situação é tanto mais grave, por se tratar, por um lado, de uma decisão que surge a pouco mais de um ano das eleições autárquicas e, por outro, de uma opção política que não constava do programa eleitoral de quem gere atualmente a autarquia. Esteve errado, porque, em democracia, não é suposto que os partidos com responsabilidades executivas na autarquia, tivessem recorrido a todos os expedientes ao seu alcance para inviabilizar o debate sério sobre o tema na Assembleia Municipal – naquele que é o órgão, por excelência, onde se deve promover o debate político em torno de todas as matérias consideradas relevantes para o Município.

Aos argumentos do PS e PSD, que sempre nos pareceram muito fracos, a CDU responde com um conjunto de factos irrefutáveis.

Em primeiro lugar, dizer que a Câmara Municipal de Odivelas não dispõe no seu Mapa de Pessoal de Recursos Humanos especificamente aptos a garantir o funcionamento do Centro Cultural e a respectiva apresentação deste facto como um constrangimento quase que inultrapassável, não tem qualquer correspondência objetiva com a realidade local. Esta Câmara Municipal, tal como sucede ou sucedeu, de resto, com muitas e muitas outras Câmaras Municipais em circunstâncias similares, tem todas as condições para garantir, com um encargo perfeitamente aceitável/sustentável, a colaboração, por exemplo, de um(a) diretor(a) artístico(a), de um técnico de som ou de um técnico de luzes e palco. Não deixa de ser curioso que apenas tenham utilizado este argumento relativamente ao Centro Cultural, com a Piscina Municipal esta questão dos “Recursos Humanos especificamente aptos a garantir o funcionamento” nem sequer foi colocada!

Em segundo lugar, argumentar que, em comparação com as empresas municipais, uma Câmara Municipal rege-se por um modelo mais burocrático e rígido, e que tal constituiria um sério obstáculo à possibilidade de gestão direta de um espaço com as características da Malaposta, ilustrando essas mesmas diferenças com as dificuldades sentidas nos últimos meses ao nível - pasme-se - até de uma mudança de lâmpada, isto para além outros exemplos dados, que

roçavam igualmente a caricatura – fizeram ainda uma alusão à suposta necessidade de se proceder a adjudicações de “um dia para o outro”, bem como às alegadas dificuldades sentidas por parte de alguns artistas no cumprimento das regras instituídas na administração pública em matéria de aquisição de serviços - o que requer que se recorde que qualquer autarquia bem gerida consegue naturalmente ultrapassar/evitar este tipo constrangimentos menores, bastando para tal, que se planei/ programe com a devida antecedência e competência – e não em “cima do joelho” – todas as atividades de carácter cultural e outras – é tão simples quanto isso! Bem sabemos que assumir a gestão direta de um equipamento como o Centro Cultural da Malaposta dá realmente muito trabalho... exige um enorme esforço e dedicação por parte dos técnicos, dirigentes e eleitos... mas é isso mesmo que é suposto que se faça numa autarquia, é suposto que se trabalhe arduamente em prol dos munícipes e do concelho... ou não será?

Em terceiro lugar, dizer que a Câmara Municipal irá poupar anualmente uns largos milhares de euros, apesar da renda mensal fixa que pagará ao privado de cerca de 23 mil euros, relembrando até (de forma distorcida) críticas contundentes que no passado a CDU teceu ao despesismo que vigorou no tempo da OdivelCultur e da Municipália, exige lembrar que, neste caso concreto, nem os critérios contabilísticos justificam que se entregue a privados o que foi construído com fundos públicos. Não foi decerto pelo peso no orçamento municipal do investimento na programação cultural que a Malaposta se encontra agora a caminho da privatização! O que a CDU sempre criticou, não foram as despesas com a programação cultural da Malaposta, mas sim as erradas opções financeiras adoptadas pelas administrações das empresas municipais. Nunca deixamos de incentivar e tecer elogios à programação cultural que foi sendo definida nos últimos anos.

Entendemos que esta visão economicista da cultura, partilhada em Odivelas pelo PS e PSD, é particularmente criticável, sobretudo, por se aplicar a um espaço ímpar e vital para a intervenção pública, como é o caso do Centro Cultural da Malaposta, com o seu enorme potencial, legado, história e objetivos. Um espaço que foi uma referência em matéria de democratização cultural, um espaço que prestou um serviço público de excelência.

Finalmente, afirmar que a solução encontrada pelo PS e PSD é a que melhor serve o interesse público... que a solução encontrada garantirá uma programação cultural diversificada e de qualidade... que permitirá, no essencial, que o Centro Cultural da Malaposta continue a ser uma referência no panorama artístico e cultural, concelhio e metropolitano... é, no mínimo, um desaforo! Falemos claro: o caderno de encargos definido pela Câmara Municipal não garante uma programação cultural de qualidade, não salvaguarda o acesso de todos à fruição cultural e, muito menos, assegura que a Malaposta continuará a ser uma referência no panorama artístico e cultural, concelhio e metropolitano. Este caderno de encargos, pouco mais garante do que a apresentação anual de 2 espetáculos de cariz infanto-juvenil, 2 espetáculos de grande produção no auditório principal, 3 exibições de cinema infanto-juvenil, 3 exibições de cinema documental e 1 concerto musical.

Onde fica o Serviço Público, perante a desresponsabilização da Câmara Municipal em termos de cultura e dos seus deveres para com os munícipes? Perante a entrega de um espaço

concelho de importância estratégica à iniciativa privada, à lógica do lucro? Onde fica o Serviço Público, quando se investem milhares e milhares de euros do erário público na qualificação do equipamento e agora pretende-se prescindir de decidir sobre a programação e sobre a definição das prioridades para aquele espaço? Quando se permite que agora, depois de todo o investimento público dos últimos anos, esse mesmo investimento venha a ser rentabilizado por privados? Onde fica o Serviço Público, quando a Câmara Municipal não quer gerir a coisa pública?

Temos a firme convicção de que população do concelho de Odivelas, mais cedo que tarde, saberá criar todas as condições para esta decisão profundamente lesiva do interesse público venha a ser travada e revertida... O Centro Cultural da Malaposta deve permanecer ao pleno serviço do concelho e da cultura, com uma estratégia de programação cultural definida pela autarquia, em cooperação com as associações e agentes culturais. O Centro Cultural da Malaposta deve estar dotado de recursos humanos, financeiros e materiais adequados à prestação de um serviço público de elevada qualidade às populações. A CDU não deixará de estar na linha da frente por estas exigências. Tudo faremos em defesa da gestão pública do Centro Cultural da Malaposta. Em defesa do acesso generalizado das populações à fruição dos bens e das actividades culturais. Tudo faremos para que a cultura, enquanto factor de desenvolvimento e emancipação, volte a estar no centro das políticas locais. A cultura não é um luxo! É um direito! É um investimento no presente com enorme repercussão no futuro!

Muito obrigado.

Odivelas, 26 de Julho de 2016

Os eleitos da CDU na
Assembleia Municipal de Odivelas